

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005123-25.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Osnir da Costa Garcia e outro**  
 Requerido: **Banco do Brasil SA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

**OSNIR DA COSTA GARCIA e MARIA MADALENA DA CONSTA** ajuizaram **AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c.c. REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS c.c ANTECIPAÇÃO DA TUTELA** em face de **BANCO DO BRASIL S/A**, todos devidamente qualificados.

Os autores informaram na exordial que tomaram conhecimento de uma negativação em seus nomes devido à existência de um contrato inadimplido firmado junto à instituição financeira ré em que ambos figuram como fiadores. Asseguram que nunca firmaram contrato com a instituição financeira requerida. Requereram liminarmente a retirada de seus dados dos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito e a procedência total da demanda declarando a inexistência do débito e a condenação da parte ré ao pagamento de indenização a título de danos morais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 14/36.

Decisão de fls. 37 deferiu antecipação da tutela e expediu

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

ofício aos órgãos de proteção ao crédito. Respostas ao ofício às fls. 47/52 e 53/55 constando outros débitos além do objeto desta demanda, inclusive, uma ação de busca e apreensão em que as partes requerentes figuram como réus.

Devidamente citada a instituição financeira requerida apresentou contestação alegando preliminarmente inépcia da inicial. No mérito ressalta que o contrato foi devidamente assinado e que atuou no exercício regular do seu direito negativando o nome dos requerentes, não havendo que se falar no dever de indenizar. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da ação.

Decisão de fls. 137 rejeitando a preliminar arguida pela instituição financeira ré. As partes foram instadas a produção de provas. A ré se manifestou às fls. 139 informando que não possui interesse em produção de provas e nem audiência de tentativa de conciliação.

Ofícios expedidos aos Cartórios de Notas e à autoridade policial conforme decisão de fls. 143. Respostas aos ofícios carreadas às fls. 155/163, 164/166 e 167/191.

Decisão de fls. 278/279 nomeando perito grafotécnico que posteriormente foi substituído conforme fls. 369. Respostas a ofícios às fls. 355/356, 357/358 e 359/360.

Laudo pericial carreado às fls. 426/462. Manifestação quanto ao laudo pericial carreada às fls. 472/474 pela instituição financeira requerida.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**É o relatório.**

**DECIDO**, antecipadamente por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

A questão debatida deve ser avaliada consoante os ditames do CDC.

Os autores negam ter firmado qualquer negócio com o réu que tenha originado dívida cujo inadimplemento fosse capaz de gerar a inscrição de seus nomes nos órgãos de proteção ao crédito e o requerido não fez prova do contrário.

Como os autores negaram ter assinado o contrato carreado por cópia a fls. 18 e ss foi determinada a realização de perícia grafotécnica.

Em bem elaborado laudo, o vistor oficial apurou que **tanto as assinaturas, como as “rubricas” atribuídas a Osnir da Costa Garcia e Maria Madalena da Costa lançadas no contrato examinado não promanaram de seus próprios punhos** (cf. fls. 433/435, V.3 a V.6).

Diante disso, é imperioso reconhecer a falsidade das assinaturas apostas da avença juntada por cópia a fls. 18 e ss, e que vinculariam os autores ao banco requerido.

\*\*\*\*

A responsabilidade do postulado, no caso, é objetiva, nos termos do artigo 14 do CDC, que assim dispõe: “O fornecedor de serviços responde, independentemente de culpa, pela reparação dos danos causados aos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre a fruição e riscos” (destaquei).

Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovada a existência de uma das eximentes do parágrafo 3º, ou seja, a inexistência do defeito, culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

\*\*\*\*\*

Os autores são “consumidores equiparados” (por ficção jurídica) consoante prevê o artigo 17 do CDC, por ter sido vítima de um “acidente de consumo”, definido como todo fato jurídico produzido por um defeito na prestação de serviços e gerador de violação a interesse de terceiros.

Como a responsabilidade da postulada é objetiva, pouco (ou nada) interessa se seus funcionários agiram ou não com culpa na formalização do contrato, devendo os valores cobrados ser declarados inexigíveis.

Nessas hipóteses mister que estejam presentes o dano, o nexo e o serviço falho.

O dano sofrido pelos autores e o nexo são claros: tiveram negado seu crédito por conta da restrição discutida sem ter dado causa a ela.

A atuação falha do réu também me parece evidente.

Conquanto se presuma que atue ele com diligência nos seus negócios ao celebrar o negócio discutido assumiu a responsabilidade na contratação com terceira pessoa que se apresentou possivelmente com documentos da autora, conferindo a ele (falsário) a oportunidade de se utilizar do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

serviço sem nada pagar.

Mesmo que seus funcionários tenham agido com cautela, o resultado da ação não se altera.

A responsabilidade do réu, como já dito, não está fundada na ocorrência de ato ilícito (afinal, o exercício da atividade empresarial é lícito e permitido), mas sim no risco da atividade, razão pela qual a responsabilidade é reputada objetiva por força de lei (art. 14, *caput*, CDC).

Ademais, ao contemplar as duas únicas hipóteses de exoneração de responsabilidade civil do fornecedor pelo fato do serviço, o legislador (art. 14, § 3º, incisos I e II) nenhuma menção faz ao caso fortuito e a força maior como causas excludentes.

A respeito confira-se a lição de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, *in Leis civis comentadas*: atualizado até 20 de julho de 2006: RT, p. 197/198.

Temos nos autos, assim, caso típico de “fortuito interno”, ou seja, aquele fato que se relaciona diretamente com os riscos inerentes ao desempenho da atividade empresarial.

Em suma: quem contrata nessas circunstâncias responde pelos danos advindos da subsequente inscrição indevida do nome da vítima nos órgãos de restrição ao crédito, o mesmo se dando com a inserção irregular do CPF e RG da vítima do ato criminoso.

Nesse diapasão o seguinte aresto: REsp 774.640/SP, 4ª Turma, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, DF 05/02/2007, p. 247.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim, têm os autores direito a exclusão da negativação aqui discutida.

O mesmo destino não terá o pedido de danos morais.

É que, os autores registraram várias negativações, tanto no período aqui discutido, como em outros, que certamente macularam suas honras e tiveram o poder de impedir seu crédito na praça (cf. fls. 49/54). Frequentam a lista desde 2011 de modo frequente.

Assim, os autores não têm um “Oasis moral” a salvaguardar.

Nesse diapasão, vêm se posicionando os pretórios.

(...) para deferimento da indenização por dano moral é muito importante o exame da personalidade e das condições subjetivas da vítima... (8ª Câmara do TJSP, 15/09/93, JTJ 150/81) – (Dano Moral, 2ª ed., RT, 1998, p. 427/428).

Em tese, a sensação de ser visto como mau pagador pode representar violação do patrimônio ideal que é a imagem idônea, a dignidade do nome, a virtude de ser honesto, de molde a justificar pleito de reparação por danos morais. Mas, de outro lado, a existência, comprovada, de extensa lista de anotações desabonadoras à parte dita ofendida, em órgãos diversos que buscam a proteção ao crédito, torna-o enfraquecido, por não se vislumbrar onde residiria a mácula que estaria a ferir-lhe a esfera ética – (TAMG – AC 0303105-8 – 7ª C. Civ – Rel. Juiz Lauro Bracarense – J. 16/03/2000).

Como se tal não bastasse, temos a **súmula nº 385 do STJ**: “da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Não pode ser considerado moralmente atingido por um determinado fato, quem já praticou fato de natureza idêntica, ensejando punição semelhante, tal como aconteceu com a autora.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\*\*\*\*

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para **DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO** aqui discutido, referente ao contrato nº 29509850.

Por fim, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito de danos morais.

Diante da sucumbência recíproca, as custas serão rateadas entre as partes. Fixo honorários advocatícios ao advogado dos autores em R\$ 940,00 e ao patrono do réu também em R\$ 940,00. Em relação aos autores deve ser observado o disposto no parágrafo 3º, do art. 98, do CPC.

Transitada em julgado esta decisão, deverá o vencido iniciar o cumprimento de sentença, fazendo o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524, do STJ.

P.R.I.

São Carlos, 27 de janeiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**